



ATO UNIFICADO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO MARCA INÍCIO DA CAMPANHA REIVINDICATÓRIA DO SISTEMA PETROBRÁS

Na quinta-feira, 02, os trabalhadores petroleiros atenderam ao chamado da FUP e da FNP e realizaram atrasos e paralisações no início do expediente nas bases do Sistema Petrobrás, de Norte a Sul do país. A mobilização nacional foi uma resposta à tentativa de privatização da empresa e marcou o início da campanha reivindicatória.

Representações sindicais de vários estados, da ativa e aposentados, também participaram do ato unificado da FUP e da FNP em frente ao Edifício Senado (Edisen), no Centro do Rio de Janeiro, durante a entrega das pautas de reivindicações das duas federações. O Edisen é a atual sede da Diretoria Executiva da Petrobrás, que autorizou o Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos da empresa a avaliar o pedido do governo Bolsonaro de inclusão da estatal no programa de privatizações.

Em todo o país os petroleiros das bases da FUP e da FNP fizeram atrasos e manifestações. Na REDUC tivemos uma forte demonstração de força também da categoria que desceu em peso dos ônibus. Quase 300 petroleiros participaram do ato nos Arcos da REDUC, onde estiveram presentes Andressa Delbons, da FUP, André Bucaretsky, da FNP e Natália Russo do PSOL, além de 22 dos diretores do sindicato organizando a parada dos ônibus. Após o atraso de 2h, os trabalhadores foram liberados para entrar e convocados a convidar seus colegas aposentados ou de folga para irem ao Centro do Rio, na manifestação no EDISEN.



LEIA NESTE BOLETIM:

CAMPANHA REIVINDICATÓRIA 2022

UNIDADE É RETOMADA E FUP E FNP ENTREGAM PAUTA CONJUNTAMENTE



Após a manifestação no centro do Rio as pautas de reivindicações do ACT 2022 aprovadas na 10ª PlenaFUP e no XIII Congresso da FNP foram protocoladas pelos coordenadores gerais das federações no RH da companhia.

VEJA AS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA:

1. Reposição da inflação e das perdas salariais dos últimos acordos
2. Garantia no emprego
3. Resolução dos pontos soltos do ACT (fórum de efetivos, teletrabalho, HETT, banco de horas, tabela de turno, AMS)
4. Restabelecimento do Fundo Garantidor para proteção dos direitos dos trabalhadores terceirizados
5. Realização de um Fórum Nacional para discutir a terceirização no Sistema Petrobrás
6. Resgate da AMS (garantia da margem consignável de 13%, restabelecimento da relação de custeio 70x30, buscar uma alternativa para o atual índice de reajuste das tabelas)
7. Valorização da função dos brigadistas e fortalecimento das brigadas
8. Exames periódicos para prevenção das seqüelas decorrentes da Covid-19
9. Garantia incondicional do Direito de Recusa
10. Licença paternidade de 60 dias
11. Proteção das trabalhadoras lactantes, com afastamento das áreas insalubres pelo tempo em que estiver amamentando
12. Defesa da Petros
13. Garantia da liberdade sindical

NÃO ACEITAREMOS O ATAQUE DE LIRA AO DEPUTADO FEDERAL GLAUBER BRAGA

Nota de repúdio à postura do Presidente da Câmara dos Deputados e Solidariedade ao Deputado Federal Glauber Braga

“Nós, petroleiros e petroleiras de Duque de Caxias, representados por nosso sindicato, vimos manifestar nosso repúdio a tentativa de calar uma voz de oposição a entrega do patrimônio brasileiro no Congresso Nacional.

Após ter sua fala interrompida inúmeras vezes pelo presidente da seção, o deputado federal Glauber Braga, pode sofrer novo processo de cassação pelo simples fato de se manifestar contra a privatização da Petrobrás no plenário da casa.

O povo brasileiro, após sofrer

com quase 700 mil mortes na pandemia de COVID-19, ainda sofre de fome e miséria intensificada pela ganância nos aumentos recorrentes de preços de combustíveis, que afetam toda a cadeia produtiva do país.

Há décadas trabalhando para ter resultados operacionais excelentes, que se revertam em melhoria da condição de vida do povo brasileiro, pensamos que é inadmissível os rumos que o governo federal e seus agentes têm encaminhado para a Petrobrás: máximo lucro para acionistas minoritários e ausência de

políticas públicas que garantam gás de cozinha e combustíveis a preço que não sacrifiquem o bem-estar do nosso povo.

Não aceitaremos que calemos vozes, em qualquer ambiente com o compromisso de manter as liberdades democráticas, que defenda essa e outras pautas que se incluam na garantia da vida e bem-estar do povo mais sofrido.

Fica aqui manifestado todo nosso repúdio à tentativa de calar o deputado Glauber Braga. Assim como todo o nosso repúdio aos inimigos das liberdades democráticas.”



FUP E FNP PREPARAM RESISTÊNCIA A AMEAÇAS PRIVATISTAS DO PRESIDENTE DA CÂMARA E BOLSONARO

Arthur Lira tenta colocar em pauta projeto de privatização da Petrobrás

A no último dia 07/06, diversos dirigentes de sindicatos petroleiros, da direção da FUP e da FNP, chegaram em Brasília (DF) na Brigada Petroleira. A iniciativa conjunta visa conscientizar deputados, senadores e assessores parlamentares sobre o plano privatista do deputado Arthur Lira (PP-AL) e de Bolsonaro.

Lira pretende apresentar um Projeto de Lei (PL) de privatização total da estatal, se já não bastassem os prejuízos que o país vem sofrendo com a venda de refinarias e a política de paridade do preço internacional que cobra em dólar e adicionando custos de importação fictícios pelo óleo extraído aqui.

No último dia 30, Lira ainda disse que, “pela polarização, pela necessidade de um quórum específico de mais de 308 votos no Congresso, nós não teremos condições agora, mas nós, agora, teremos condições, se o governo mandar, de vender parte das ações da Petrobras, isso subsidiado por um projeto de lei de maioria simples, no



Congresso Nacional, e o governo deixa de ser majoritário”.

Um o ataque claro à soberania do país, que objetiva entregar a Petrobrás, com seus bilhões de barris de petróleo, à exploração imperialista. Mesmo que possa se tratar de um blefe desesperado do governo, não podemos lidar assim, precisamos encarar com seriedade e armar nossa categoria para resistir a essa ameaça privatista.

Por isso, depois do dia de luta vitorioso no último 2 de junho, as di-

reções da FUP e FNP reuniram-se na sede do Sindipetro-RJ para avançar na construção da unidade nacional da categoria contra a privatização. Foi aprovado um calendário de mobilizações para os próximos meses, convocando a categoria a se movimentar de forma unitária para barrar a ameaça golpista de Lira e Bolsonaro, iniciando com o envio dessa Brigada Petroleira a Brasília. Por fim, o debate sobre a mesa única continua e uma nova reunião nas próximas semanas aprofundará o tema.

REFINARIAS VENDIDAS ABAIXO DO VALOR DE MERCADO

Os ataques à Petrobras se acentuaram no governo de Jair Bolsonaro (PL), e a venda de ativos já somam R\$ 263,1 bilhões em ativos vendidos desde 2015, segundo o Observatório Social do Petróleo (OSP), sendo R\$160 bilhões somente no governo Bolsonaro. Começou no governo Bolsonaro a venda de cinco refinarias das oito que o país possui, De fato, apenas uma foi

vendida, a Rlam, da Bahia, que acabou provocando um aumento nos preços dos combustíveis no estado em até 35%, segundo o OSP. Avaliada entre US\$ 3 bilhões e US\$ 4 bilhões, a **RLAM** foi vendida bem abaixo do preço para o fundo de investimentos dos Emirados Árabes, Mubadala.

As outras quatro são:

– Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (**Lubnor**) no Ceará, está sendo vendida por 55% abaixo do seu valor.

– **Reman**, no Amazonas, que tem capacidade de processamento de 46 mil barris por dia, foi vendida por US\$ 189,5 milhões (R\$ 994,1 milhões), valor representa apenas dois meses de faturamento da unidade.

– **SIX** – usina de xisto, no Paraná, não tem lógica sua venda do ponto de vista econômico para a empresa e o país. Isto porque quem comprar deverá receber uma espécie de alu-guel da própria Petrobras, pelo arrendamento das atividades de pesquisa da refinaria.

– A refinaria **Clara Camarão**, no Polo de Guamaré, no Rio Grande do Norte, foi colocada à venda em 2020. Em janeiro deste ano ela foi vendida à empresa 3R Potiguar S.A., subsidiária integral da 3R Petroleum Óleo e Gás S.A, por R\$ 1,38 bilhão. Os negócios dessas quatro refinarias ainda não foram concretizados definitivamente.

A FUP e FNP estão juntas na luta contra a privatização!

COMISSÃO DE SMS PETROBRÁS

A direção do Sindipetro Caxias participou, na última semana, da reunião bimestral com a gestão da Refinaria que trata do tema de SMS. Uma das pautas de maior importância levada pelos representantes da categoria foi o problema gerado pela falta de efetivo nas paradas de manutenção que encadeiam uma série de acidentes que poderiam ser evitados.

A direção alertou sobre a possibilidade de estar ocorrendo a subnotificação desses acidentes e solicitou à gestão de SMS uma análise de alguns casos, que se comprometeu a fazê-la. Também foi relatada a falta de equipamentos de proteção e a falta de efetivo nas paradas de manutenção da UTE. Foi questionada também a ausência de convite ao sindicato e à CIPA para investigação de um acidente com afastamento.

TRANSPORTE UTE: Foi solicitado pela direção o apoio da REDUC à AS-SECAMPE para viabilizar um polo de transporte da rodovia Washington Luiz até as empresas da Av. Fabor para os trabalhadores terceirizados, uma vez que devido à pandemia as linhas de transporte público que rodavam nesta área foram encerradas e ainda não há previsão de retorno. Infelizmente, só participaram os representantes da REDUC. Esperamos que na próxima reunião, os representantes da UTE também se façam presentes.

VALORIZAÇÃO BRIGADISTA: Em relação à retirada do dia do brigadista, medida que gerou insatisfação geral,

está sendo reavaliada pela gestão.

COVID: Tendo em vista o aumento no número de casos, o Sindicato questionou se há alguma iniciativa por parte da empresa no sentido de preservar as vidas dos trabalhadores. A REDUC respondeu que as práticas preventivas estão mantidas e que exames para sintomáticos estão sendo realizados no Setor Médico.

Alimentação: A direção cobrou o apoio da sede para melhoria na qualidade da comida servida aos trabalhadores, dado o contrato ser corporativo.

ACESSO DO SINDICATO: Foram discutidas formas de acompanhamento

da CIPA REDUC pelo Sindicato, e a proibição da entrada da direção. A gerência respondeu que seria boa prática a elaboração de um calendário e que a proibição de entrada se deu em virtude de solicitação ter sido feita para adentrar o CIC. É dever do sindicato acompanhar e fiscalizar o ambiente de trabalho, assim como as investigações de acidentes.

CONTRATADOS PRECARIZADOS: Respondido que existe uma inspeção da SMS rotineira para acompanhamento dos casos e que será reforçada junto às empreiteiras a necessidade do cumprimento do fornecimento de EPIs que estão em falta.

REUNIÃO DA CIPA-REDUC

Na reunião da CIPA de 19/05 foram relatadas diversas denúncias, desvios e problemas enviados pela força trabalho. Alguns temas como a valorização dos brigadistas, problemas na alimentação, vacinação também foram tratadas na reunião de SMS. O tema da falta de efetivo mais uma vez foi um assunto central. O Sindipetro Caxias apoia o trabalho dos cipistas e seguirá cobrando da Gerência a resolução dos problemas levantados citados abaixo além de muitos outros em andamento:

TEU/MC: RÚIDO E AMOSTRADORES

Após visita da CIPA ao TEU/MC foram constatados diversos problemas entre eles reclamações de ruído por conta de vazamentos de vapor nas áreas de carregamento de asfalto e na avenida F. Também foram relatados problemas crônicos pela falta de amostradores herméticos de qualidade disponíveis em funcionamento.

ÁREA DA MANUTENÇÃO: FALTA DE SINALIZAÇÃO, LOGÍSTICA INADEQUADA E PROBLEMAS COM IMOBILIÁRIO

É necessária a reinstalação das placas de sentido obrigatório, estacionamento e velocidade na área da Manutenção (oficinas). A sinalização se deteriorou com o tempo e não foi repostas. Foi solicitada avaliação da

logística de saída do turno que tem gerado atrasos. É necessária readequação do prédio da oficina 82, principalmente no setor do GPI (mobiliário, piso e outros itens)

EPI'S: CAPA DE CHUVA, LANTERNAS E CONJUNTO AUTÔNOMO

Após reclamações sobre falta de capas de chuva, foi informado pela gerência que as mesmas estão disponíveis para retirada no setor de suprimentos mediante aprovação gerencial. Em diversos setores faltam lanternas a prova de explosão, essenciais para para uso na área industrial durante a noite. Foi salientado que deve ser conferida a quantidade necessária de equipamentos autônomos por área de acordo com efetivo disponível.

PROBLEMAS NO LABORATÓRIO

De acordo com relatos registrados na ata da CIPA, a empresa contratada do laboratório não está garantindo da forma mais adequada o acesso a determinados itens de EPI's por parte dos funcionários terceirizados. Além disso, foram recebidas reclamações de falta de dedetização e presença de baratas no vestiário.

ANÁLISE DA CONTAMINAÇÃO NA CALDEIRA E ESGOTO ABERTO

A CIPA solicitou o resultado da análise de ocorrência de segurança de processo causadora de contaminação de águas de caldeiras que provocou a parada das unidades de geração de vapor da U-1320. Denunciada a presença de esgoto aberto atrás da CCL da U-1220.

AUDITORIA DO SPIE DA TRANSPETRO

A direção do Sindipetro Caxias acompanhou nesta semana a auditoria interna do Serviço Próprio de Inspeção de Equipamentos realizada na malha Sudeste da Transpetro.

O sindicato chamou a atenção para a falta de efetivo na Inspeção de Equipamentos, tendo em vista a demanda e a área extensa de atuação. Outra observação feita foi para a falta de manutenção nos veículos utilizados pelos trabalhadores, que não estão em boas condições de segurança.

Tem sido frequentes os atrasos nas passagens de PIG. Isso faz com que a avaliação de integridade seja feita com base



em dados antigos de corridas do PIG antigas.

Também foi colocada o ocorrência de baixas em RI's mesmo sem o serviço ter sido executado a contento, em função de atingimento de índices.

Registrou-se a desvalorização da carreira e falta de perspectiva dos Técnicos de Inspeção de Equipamentos.

Este descaso da empresa com os trabalhadores, tem desmotivado os profissionais, fazendo com que estes queiram mudar de área e inclusive já resultou na saída de técnicos próprios para empresas privadas que adquiriram os Gasodutos, esvaziando ainda mais o setor.

SPIE REDUC: SINDICATO PARTICIPA DE REUNIÃO DA COMCER

A direção do Sindipetro Caxias esteve presente à 106ª Reunião Ordinária da Comissão Certificadora do SPIE a fim de apresentar o posicionamento do Sindicato quanto aos Acidentes Ampliados da REDUC referentes à projeção do TQ-450051 sobre um "pipe-rack" e ao acidente com óbito do petroleiro contratado da empresa C3, José Arnaldo, ao adentrar o V-450007, ocorridos em 20 de janeiro e 19 de fevereiro deste ano, ambos na U-4500. Estes eventos acarretaram na aplicação de Suspensão Cautelar ao Certificado de SPIE da REDUC pela Comissão.

Os diretores presentes apresentaram aos membros da comissão tripartite um breve relato sobre estes acidentes e expuseram um problema crônico de efetivo próprio, principalmente das áreas de manutenção, SMS e operação, além da baixa capacitação do efetivo terceirizado, vítima da precarização ocasionada por esta forma de contratação. Questões como a mudança de THM no regime de turno para aumentar a disponibilidade de tempo do corpo operacional, horários deslocados do SPIE para redução de horas extras, acúmulos de função dos empregados envolvidos nas paradas, incluindo funções de liberação de equipamentos e coordenação, período de capacitação do corpo tecnológico operacional recém chegado insuficiente, embora os mesmos já contem para o número mínimo da unidade, inclusive dando apoio à parada, foram alguns dos aspectos utilizados como evidência da gravidade do problema exposto nesta reunião.

Ainda, a direção presente trouxe a reflexão acerca

do caráter das paradas de manutenção, tratadas como eventos extraordinários, embora a REDUC conte com um parque com mais de 60 unidades de processos ou utilidades. Assim, a REDUC deveria mensurar seu corpo técnico de modo a conseguir suprir o planejamento plurianual de paradas efetuado pela Cia, ao invés de, como tem praticado, impor prazos inexecutáveis diante do efetivo disponível, tacitamente pressionando o corpo técnico envolvido nas entregas da unidades a trabalhar de forma precária.

Por fim, concluiu que todo esse cenário viola um princípio básico do SPIE, que é a independência do serviço próprio de inspeção de equipamentos. Manutenções oriundas de recomendações de inspeção atrasadas ou mal executadas, impossibilidade de liberações de trechos e equipamentos para inspeção, ausência de um programa de substituição das obsolescências críticas da Refinaria, bem como a precarização da mão-de-obra resultante das políticas privatistas e de terceirização das atividades praticada nos últimos anos tornam o SPIE da REDUC refém de um processo de precarização das condições de trabalho. A direção do Sindipetro Caxias defende o SPIE da REDUC, reconhece a capacidade de seu corpo técnico, bem como do nosso corpo operacional, de manutenção, SMS e demais áreas, mas vem reivindicando que este corpo tenha autonomia e valorização profissional e trabalhe em condições adequadas conforme pregam as portarias e normas que envolvem o tema. A Petrobrás ainda quer a permanência do trabalho do SPIE?



A LUTA DOS PETROLEIROS TERCEIRIZADOS

Em primeiro lugar é importante destacar que os trabalhadores terceirizados também são petroleiros e que é fundamental desenvolver a integração entre suas lutas com a dos Petroleiros diretos, e dos seus sindicatos, Sindipetro Caxias e SITICOMMM.

A Petrobrás tem adotado uma política de cada vez mais agressiva de terceirização da mão de obra, precarizando as condições de trabalho e transferindo muitos recursos para as mãos de empresas privadas. O problema já começa com o fato dos terceirizados não terem a estabilidade para dizer “não” e acabam expostos a muito mais riscos.

REPRESENTAÇÃO SINDICAL

Outro problema tem a ver com a organização da luta dos trabalhadores, que fica muito mais difícil com a fragmentação em várias empresas diferentes com vários sindicatos, muitos deles, praticamente fantasmas. O sindicato dos terceirizados de maior força e expressão é o SITICOMMM, que representa a maior parte dos

trabalhadores terceirizados e que conquistou, através da luta, uma importante convenção coletiva.

Mas algumas empresas, para pagar salários abaixo da convenção coletiva do SITICOMMM, têm tentado retirar a representação desse sindicato, como é o caso da NM Engenharia e da Estrutural. Nos últimos dias 01 e 02/06, o SITICOMMM realizou uma luta mobilização relacionada a esse tema e obrigou as empresas a abrir negociação sobre a representação sindical.

RIZOMA

No último mês, os trabalhadores da Rizoma realizaram uma luta, que em sua pauta, entre outros pontos, inclui várias questões relacionadas à segurança, como falta de EPI's, desvio de função para aplicação de herbicidas (sem treinamento), inexistência de horário de almoço (apenas 15 min. sob pena de advertência), assédio para início de jornada de trabalho sem liberação de PT's, e por aí vai.

CONTRATEC

A Contratec é uma empresa que presta serviço de inspeção de equipamentos nas paradas de manutenção. Para início de conversa este trabalho deveria ser realizado por serviço próprio de inspeção, como preconiza a certificação de SPIE, já que para REDUC, as paradas de manutenção são trabalhos rotineiros, pois temos paradas praticamente durante todo o ano.

Esta empresa não reconhece o SITICOMMM como representante dos seus funcionários, com este artifício, paga um salário muito menor. Os trabalhadores dessa empresa realizaram uma greve do dia 02/06 até 08/06, cobrando a equiparação salarial. A empresa chegou a demitir dois trabalhadores por justa-cause, para tentar intimidar o movimento. Mas os trabalhadores se mantiveram firme e as demissões foram revertidas, os dias parados foram abonados e a empresa firmou o acordo de pagamento de um bônus de 2000,00 reais para cada trabalhador, no final da parada.

Este movimento ainda foi importante para alertar para uma prática que muitas empresas terceirizadas têm adotado, com a conviência da Petrobrás. A Petrobrás terceiriza um serviço que deveria ser realizado por mão-de-obra própria; a empresa não reconhece nem o Sindipetro, nem o SITICOMMM, para pagar baixos salários; com isso ela consegue oferecer um valor de contrato muito mais baixo; e depois a empresa diz que não consegue equiparar os salários, porque o valor do contrato só previa os baixos salários. É o caso da Contratec. Não dá para aceitar este tipo de jeitinho, que só prejudica o trabalhador, ou ela respeita o direito do trabalhador, ou entrega o contrato, que nem deveria existir.

DIA NACIONAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA

Observatório Social da Petrobrás É CENSURADO PELA PETROBRÁS

No Dia Nacional da Liberdade de Imprensa, comemorado hoje (7), o Observatório Social da Petrobrás (OSP) sofre um novo ataque de censura por parte da direção da estatal. Depois de entrar na Justiça para tirar do ar o site da organização, e ter a reclamação rejeitada pela arbitragem internacional, a gestão da Petrobrás lança agora uma nova ofensiva jurídica para excluir os perfis do OSP nas redes sociais. A organização recebeu a intimação na tarde de ontem (6), com prazo de 24 horas para deletar todo conteúdo publicado relacionado à Petrobrás, sob pena de multa de R\$ 50 mil por utilizar o nome da Petrobrás em sua marca. Até o julgamento do processo, o OSP muda de nome e passa a se chamar Observatório Social do Petróleo.

A nova ação, acolhida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, exige a exclusão das contas e remoção do nome Petrobrás das redes sociais do OSP, no Instagram, Facebook, Twitter e Youtube. Quem assina o despacho é a juíza Maria da Penha Nobre Mauro, que já havia decidido de modo favorável à liminar da empresa que tirou o site do Observatório do ar.

Diferente do que argumenta a estatal, as diversas reportagens publicadas em jornais impressos e sites citam de forma clara que o Observatório Social da Petrobrás é ligado à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e seus sindicatos. O OSP tornou-se alvo do alto comando da Petrobrás, desde que passou a divulgar diversos estudos e textos críticos à direção da companhia.

ARBITRAGEM INTERNACIONAL

A justificativa empregada pela Petrobrás nesta nova ação é a mesma utilizada no ano passado, na disputa envolvendo o site do Observatório, e cuja reclamação da Petrobrás foi rejeitada pelo Centro de Arbitragem e Mediação Wipo (World Intellectual Property Organization), entidade suíça escolhida pela própria estatal e cuja



manifestação tem força de decisão judicial. O especialista que assina a decisão, publicada em 15 de fevereiro, apontou que o site deixava claro o seu propósito. “Não há qualquer evidência de intuito de lucro, nem mesmo de tentativa de inviabilizar o uso da marca Petrobras como nome de domínio pela Reclamante. Nem mesmo de gerar potencial confusivo com o website oficial da Reclamante”, declarou.

E afirmou no trecho seguinte que “a própria composição do nome de domínio em disputa, que inclui o prefixo “observatório”, já evidencia não se referir a um website da Petrobras, mas sim um canal externo de observação, crítico, sobre a sua condução. Em resumo, o propósito de observação e crítica resta evidente tanto a partir da própria composição do nome de domínio em disputa, quanto no seu conteúdo anteriormente veiculado”, completando que “é natural a existência de canais digitais voltados a observar a sua gestão”.

SILENCIAR

Para Adaedson Costa, secretário geral da FNP, a empresa apela para a censura política a fim de silenciar o OSP. “É uma afronta ao direito de liberdade de expressão e pensamento. Não tenho dúvida, é mais um gesto autoritário de Bolsonaro, que tenta mascarar sua gestão desastrosa nos calando. A sociedade está insatisfeita, entende cada vez mais o papel perverso da atual política de preços e não compra a tese da privatização. Querem nos calar, mas não vão conseguir”, afirma.

GRANDE ALCANCE

O Observatório foi lançado em 1º de abril de 2021 e é composto pela FNP, seus sindicatos, o Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps) e o Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese). O trabalho desenvolvido, desde então, tem sido divulgar as consequências do processo de privatização da Petrobrás em curso, a partir de pesquisas inéditas sobre os preços dos combustíveis e do gás de cozinha e a venda de ativos da estatal.

Recentemente, o OSP publicou materiais demonstrando que a privatização das refinarias não reduziria os preços dos combustíveis, como sugere a gestão Bolsonaro, e que a Refinaria de Mataripe, a antiga RLAM, na Bahia, passou a oferecer a gasolina mais cara do país desde que foi privatizada.

“Esses dados são compartilhados com a imprensa e divulgados em veículos de comunicação de grande alcance. E isso tem incomodado a atual gestão da empresa e o governo. É o que explica esse cerco”, conclui Adaedson.

SIGA AS REDES DO OSP:



@obspetroleo
(21) 97499-2555
www.observatoriopetroleo.com



www.bit.ly/ObservatorioPetrobras



O Congresso dos Petroleiros e Petroleiras de Duque de Caxias precisa ser um marco na organização da nossa categoria. Se queremos que as coisas mudem, a participação é fundamental. Qual rumo o país tem que tomar? E a Petrobrás? E os nossos direitos, para onde vão? Essas são as perguntas que o Congresso precisa responder. Por isso sua participação é fundamental.

O CONDOC deve ser um espaço democrático onde se definirá a pauta do Sindicato para os próximos meses. Cada trabalhador, grupo ou correntes políticas podem escrever contribuições que serão publicadas à categoria em boletim, incentivando o debate na categoria sobre os rumos do sindicato. Ao final a maioria decide.

Por isso, participe! Convoque seus colegas e vamos fortalecer nosso Sindicato para defender nossos direitos e o Sistema Petrobrás!

SINDIPETRO CAXIAS CONVOCA CATEGORIA PARA PARTICIPAR DO XIV CONDOC

Vamos discutir os rumos do movimento petroleiro, discutindo o país, o Sistema Petrobrás e o nosso Acordo Coletivo de Trabalho. Participe!



17 DE JUNHO | Envio de contribuições e/ou teses até 17 de junho.

Caderno de Contribuições para serem publicados virtualmente para a categoria - Máximo de 4 páginas

20 A 24 DE JUNHO | Boletim do Sindicato com contribuições

Resumo da contribuição de 1 página para ser publicado impresso para a categoria - Máximo de 1 página por contribuição

2 DE JULHO | Congresso dos Petroleiros de Duque de Caxias

VACINAÇÃO NA REDUC COVID E INFLUENZA

Após ser pautado pela direção do Sindicato e pelos CIPISTAS em reuniões da Comissão Local de SMS e reunião ordinária da CIPA, a empresa vai atender uma demanda que a categoria vinha pedindo há meses.

Foi disponibilizada dia 10/06, das 8h às 15h na Escola REDUC, vacinação contra influenza (trivalente H1N1, H3N2, Darwine B Victoria) e contra COVID (Jansen).

O Sindipetro Caxias orienta todos os trabalhadores a se vacinarem e conta com a base para o envio de sugestões e problemas a serem tratados e cobrados da empresa.

